



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0006897-73.2015.8.26.0566 - 2015/001607**
Classe - Assunto: **Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético**
Autor do Fato: **JUNIOR CESAR BONACIN**
Data da Audiência: **21/03/2016**

Justiça Gratuita

Aos 21 de março de 2016, às 17:10h horas, nesta cidade e comarca de São Carlos, na sala de audiências sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito, comigo escrevente abaixo assinado, foi aberta a audiência de advertência, que trata de **Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético**, verificou-se a presença do **DR. SAMUEL BERTOLINO DOS SANTOS**, DD. Promotor de Justiça; a presença do autor do fato, **JUNIOR CESAR BONACIN**, desacompanhado de defensor, estando presente o Defensor Público **DR. JONAS ZOLI SEGURA**. Iniciados os trabalhos, pelo Dr. Promotor de Justiça foi dito: Em virtude do não cumprimento da anterior transação penal formulada, esclareceu-se ao autor do fato sobre a possibilidade de se fazer um aditamento para o fim de alterar a medida de natureza alternativa que lhe foi imposta seja no que se refere ao pagamento dos valores anteriormente acordados, seja para a substituição da pena restritiva. O autor asseverou que não teria feito os pagamentos em virtude de desemprego e que atualmente estaria trabalhando, sendo possível assim cumprir a prestação pecuniária inicialmente estabelecida desde que estabelecido o seu parcelamento. Pelo autor do fato foi dito que prefere realizar novo parcelamento dos valores nos exatos termos do acordo celebrado anteriormente (fls. 32), ou seja, em **6 parcelas mensais de R\$131,33**, com vencimento em todo o dia 10 (10/04, 10/05, 10/06, 10/07, 10/08 e 10/09), a ser destinado à instituição **FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – Banco do Brasil S/A, agência 0295-X, conta nº 69550-5**, com a advertência de que o não cumprimento, no prazo da Lei, determinará o seguimento do processo, com o oferecimento de denúncia. Pelo autor do fato e seu defensor foi dito que aceitavam a proposta de pena oferecida pelo Ministério Público. Pelo MM Juiz foi deliberado o seguinte: "Vistos. Tratando-se de delito previsto na Lei nº 9099/95 imputado a **JUNIOR CESAR BONACIN** e considerando que o(à)s Ministério Público propôs a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

aplicação imediata da pena restritiva de direitos, que foi aceita pelo(a)(s) autor(a)(s) do fato, uma vez preenchidos os requisitos legais, aplico ao(a)(s) autor(a)(s) do fato **JUNIOR CESAR BONACIN**, a pena de **R\$ 788,00**, a ser paga em em **6 parcelas mensais de R\$131,33**, com vencimento em todo o dia 10 (10/04, 10/05, 10/06, 10/07, 10/08 e 10/09), a ser destinado à instituição **FUMCAD – Fundo Municipal da Criança e do Adolescente – Banco do Brasil S/A, agência 0295-X, conta nº 69550-5**, nos termos do artigo 76, § 4º, da Lei nº 9.099/95. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Registre-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Nada mais. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

MM. Juiz:

Promotor:

Autor do Fato:

Defensor Público: